

Produtores de petróleo do Estado se unem

Se de um lado os municípios do Rio de Janeiro se unem para defender o direito aos royalties do petróleo, por outro, o Espírito Santo também se prepara para fundar nos próximos dias a organização dos municí-

pios produtores de petróleo. O objetivo da organização, que a princípio atenderá somente aos municípios do Sul do Estado, é elaborar uma associação que possa defender os direitos das cidades aos royalties. “A ignorância sobre os crité-

rios que definem o percentual de recebimento de royalties é enorme em diversos municípios”, afirmou o deputado federal Feu Rosa, que é o coordenador da organização das cidades. Na primeira reunião, que acon-

tece no dia 6 ou no dia 13, estarão presentes os prefeitos dos municípios de Presidente Kennedy, Marataízes, Itapemirim, Anchieta, Piúma, Guarapari e São Francisco de Itabapoana (Rio de Janeiro) para definir a diretoria da organização, o estatuto e a sede da entidade. Ainda neste encontro, que acontecerá em Presidente Kennedy, o deputado afirmou que vai apresentar as demarcações de cada município e cada bloco licitado no Espírito Santo. Com isso, a previsão é que cada cidade possa se programar antes da produção desses blocos.



Produção no Norte: união

FUNRES - FUNDO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Instituído pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12.12.74, administrado pelo Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo-GERES e operado pelo BANDES-Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL



BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E DE 2000

ATIVO	31/12/2001	31/12/2000	PASSIVO	31/12/2001	31/12/2000
CIRCULANTE	143.769	167.793	CIRCULANTE	0	0
DISPONIBILIDADES NO BANCO OPERADOR	109.178	105.211	Credores Diversos	0	0
CARTEIRA DE TÍTULOS	29.206	55.863	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	204.116	230.756
Ações	5.910	5.815	Investidores	100.597	103.237
(-) Provisão p/Desvalorização	(3.057)	(3.022)	Recursos de Incentivos Fiscais a Converter em Quotas	78.214	78.214
Debêntures Conversíveis	81.817	57.979	Quotistas	22.383	25.023
Debêntures Não Conversíveis	134.495	91.186	Reajustes e Variações Patrimoniais	103.519	127.519
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(189.959)	(96.095)	Variação do Valor da Carteira	15.009	16.753
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.384	6.719	(-) Desvalorização da Carteira de Ações	(20.379)	(20.144)
Financiamentos	5.384	6.719	(-) Variação na Conversão de Cotas em Leilões	(36.202)	(36.202)
Repasses p/ Financiamentos	5.384	6.719	Outros Reajustes (Resultados Acumulados)	145.091	167.112
OUTROS CRÉDITOS	1	0	TOTAL DO PASSIVO	204.116	230.756
Devedores Diversos	1	0			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	60.347	62.963			
CARTEIRA DE TÍTULOS	54.275	55.387			
Ações	33.490	32.952			
Cotas de Outros Fundos	3.644	3.644			
(-) Provisão p/Desvalorização	(17.322)	(17.122)			
Debêntures Conversíveis	72.555	51.415			
Debêntures Não Conversíveis	21.895	14.844			
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(59.987)	(30.346)			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6.072	7.576			
Financiamentos	6.072	7.576			
Repasses p/ Financiamentos	6.072	7.576			
TOTAL DO ATIVO	204.116	230.756			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E DE 2000

DISCRIMINAÇÃO	31/12/2001	31/12/2000
1 - RENDAS OPERACIONAIS	114.372	74.388
De Títulos da Carteira	5.540	5
De Recursos Disponíveis no Banco Operador	16.337	14.915
De Operações de Crédito	1.173	1.716
De Debêntures	91.322	57.507
De Liberações de Recursos	0	245
2 - DESPESAS OPERACIONAIS	130.140	57.393
De Títulos da Carteira	2	3
De Administração	6.454	6.502
Outras Despesas Operacionais	179	162
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	123.505	50.726
3 - RESULTADO DO EXERCÍCIO (1 - 2)	(15.768)	16.995

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O FUNRES é um fundo de investimento regional, instituído pelo Decreto-Lei 880 de 18/09/1969, com alterações posteriores através do Decreto-Lei 1.376 de 12/12/1974 e da Lei 8.167 de 06/01/1991, cuja administração está a cargo do Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - GERES, cabendo ao Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES a incumbência da operacionalização e gestão do seu patrimônio. Os recursos do Fundo são oriundos de repasses das Fazendas Estadual e Nacional, com base nas opções feitas pelas pessoas jurídicas, sediadas no Estado do Espírito Santo, quando do recolhimento do ICMS e Imposto de Renda, às quais são permitidas indicar 5% do ICMS e, até 23/08/2000, 25% do IR. Em função da edição da Medida Provisória nº 2.058, de 23/08/2000, não haverá mais repasse da Fazenda Nacional para o FUNRES. Os valores dos referidos tributos em favor do Fundo, que tem como finalidade apoiar financeiramente projetos industriais, agropecuários, pesqueiros, infra-estrutura e turísticos sob a forma de opção direta, subscrição de debêntures e financiamento. Nos exercícios de 1994 e 1995, a Fazenda Estadual efetuou repasses parciais das opções de incentivos fiscais dos contribuintes do ICMS, não sendo mais repassados os recursos a partir do ano de 1996. Em 31/12/2001, o montante não repassado atinge o valor de R\$ 191.177 mil.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOPTADAS

Para o registro dos eventos foram observadas as normas regulamentadoras do fundo e os princípios fundamentais de contabilidade. Todos os direitos que compõem o ativo do fundo estão demonstrados pelos valores de realização, com apropriação pró-rata até 31/12/2001, de todos os rendimentos previstos contratualmente. Os direitos correspondentes às operações de crédito (debêntures e financiamentos) vencíveis após 31/12/2001, estão classificados no grupo Realizável a Longo Prazo. Com relação à

Carteira de Títulos, foi considerado para esta segregação, o histórico de realização obtido nos leilões em relação ao total de ações ofertadas.

A variação da carteira de ações é contabilizada com contrapartida diretamente nos subgrupos de Reajustes e Variações Patrimoniais, no Patrimônio Líquido.

3. DISPONIBILIDADES NO BANCO OPERADOR

A remuneração dos recursos disponíveis no Banco corresponde à variação da TJLP até 13/01/2000 e taxa extramercado a partir de 14/01/2000. A taxa extramercado representa, em média, uma variação de 95% em relação à taxa SELIC.

4. CARTEIRA DE TÍTULOS

4.1 - Ações

Neste grupo, estão registradas as participações societárias oriundas da subscrição e integralização de ações e da conversão de debêntures em ações, além de conter o valor de avaliação patrimonial periódica desses títulos, realizada com base nas disposições contidas na Lei 8.167/91 e Decreto 101/91.

As subscrições efetivadas na forma do artigo 9º da Lei 8.167/91 (aplicações em projetos próprios), são realizadas diretamente com os investidores. Nesses casos, os respectivos títulos não integram a carteira do Fundo.

4.2 - Debêntures

São remuneradas com base nos índices da TJLP acrescidos de juros de 4% ao ano, cujos valores são apropriados mensalmente de forma pró-rata, a crédito da conta de resultado, sob o título "Rendas de Debêntures". As debêntures conversíveis, são passíveis de conversão em ações após a emissão do Certificado de Empreendimento Implantado emitido pelo GERES, publicado no Diário Oficial da União, certificando que o projeto encontra-se concluído. As debêntures não conversíveis têm prazo médio total de 7 anos para pagamento.

A partir de 24/08/2000, em função da edição da Medida Provisória 2.058, os recursos aplicados pelos Fundos de Investimento, passaram a ser somente sob a forma de subscrição de debêntures conversíveis em ações, de emissão das empresas beneficiárias. A conversão

deverá efetivar-se integralmente no prazo de um ano a contar da data de emissão do Certificado de Empreendimento Implantado.

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

5.1 - Financiamentos

Esta conta do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, representa o saldo das operações de crédito repassadas pelo Fundo aos agentes financeiros por ele credenciado e que são remuneradas pela TJLP, com prazo médio de 5 anos para amortização. As apropriações dos encargos mensais são contabilizadas a crédito de rendas de operações de crédito.

6. PROVISÕES

6.1 - Provisão para desvalorização da carteira de ações e de cotas de outros fundos

É realizada com base em critérios diferenciados de pontuação, levando-se em conta, fatores determinantes do risco de cada empreendimento, porte e performance do setor de sua atuação, bem assim as características da estrutura administrativo-organizacional e níveis de operação, em relação à capacidade instalada.

A partir de Junho/2001 adotamos também o critério estabelecido pela Portaria 118, de 29/05/2001, do Ministério da Integração Nacional, de constituir provisão de 100% do valor contábil das ações das empresas que não remeterem as respectivas demonstrações financeiras do exercício até o dia 31 de dezembro do exercício social imediatamente posterior.

6.2 - Provisão para devedores duvidosos da carteira de debêntures

Esta provisão, no montante de R\$ 249.948 mil (R\$ 126.441 mil em 31.12.2000), foi constituída de acordo com os seguintes critérios: 100% das parcelas vencidas para as debêntures com prazo de inadimplência a partir de 60 dias, conforme estabelecido na Portaria 118, de 29/05/2001, do Ministério da Integração Nacional e 100% do valor das parcelas vencidas e vincendas para as debêntures em cobrança judicial e daquelas cujos projetos estejam paralisados ou inacabados. Não há provisão para perdas em "Financiamentos" porque os riscos das operações são exclusivamente dos agentes financeiros.

DIRETORIA

Marcus Alexandre Fundão Pessôa
Diretor-Presidente
José Sathler Neto
Diretor de Administração e Finanças

Vilamar Gonzaga de Azevedo
Diretor de Operações
Leonardo de Paula Luiz
Diretor de Relações Estratégicas

CONTADOR

Carlos Eurico Pereira dos Santos
Contador CRC-ES 003749/0-3

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.
Administradores e Quotistas do
Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - FUNRES
(Administrado pelo Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - GERES e operado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES)

1. Examinamos os balanços patrimoniais do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - FUNRES levantados em 31 de dezembro de 2001 e 2000 e as respectivas demonstrações dos resultados dos exercícios findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos dados, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos do Fundo; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valo-

res e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Conforme descrito na Nota 4.1, as ações de empresas componentes da carteira de investimentos do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - FUNRES são avaliadas com base no valor patrimonial. Em alguns casos, as avaliações foram baseadas em demonstrações contábeis levantadas em diversas datas-base anteriores e defasadas em relação a 31 de dezembro de 2001 e 2000.

4. Em nossa opinião, exceto quanto ao fato mencionado no parágrafo 3, acima, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo primeiro representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - FUNRES em 31 de dezembro de 2001 e 2000 e os resultados de suas operações referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária.

5. Conforme mencionado na Nota Explicativa 1, o FUNRES não vem recebendo do Estado

do Espírito Santo os repasses dos recursos provenientes de opções dos contribuintes do ICMS desde o exercício de 1994, em montante acumulado de cerca de R\$ 190 milhões em 31 de dezembro de 2001. Estes recursos não estão contemplados nas demonstrações contábeis do Fundo, uma vez que as normas e procedimentos de contabilidade não exigem o registro contábil de potenciais créditos patrimoniais, mesmo que previstos em lei.

Viçosa (ES), 22 de março de 2002
BOUCINHAS & CAMPOS S/C
Auditores Independentes
CRC SP-5.528-S-ES



Valter Caieta Borges
Contador CRC/MG - 17.698 - S - ES